



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

Diversidade Sexual é assunto para Serviço Social?

Jaqueline de Melo Barros¹

Resumo: O debate em torno da orientação sexual traz consigo um viés polêmico e atravessa questões relacionadas à valorização de características culturais, além das questões político-econômicas dos diferentes grupos sociais que convivem em sociabilidade. Por essa razão, esse artigo visa analisar como o debate sobre a orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias, a partir da produção acadêmica dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Tendo como objetivos estudar a relevância em torno das diversidades, com ênfase na orientação sexual no processo de formação em Serviço Social, a partir da vigência do projeto de formação contido nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS, diante das lacunas presentes do processo de formação, no que tange a transversalidade dos componentes curriculares.

Palavras-Chave: Diversidade Sexual, Orientação Sexual, Produção de Conhecimento, Serviço Social.

Is Sexual Diversity a Subject for Social Work?

Abstract: The debate around sexual orientation brings with it a controversial bias and crosses questions related to the valorization of cultural characteristics, besides the political-economic issues of the different social groups that coexist in sociability. For this reason, this article aims to analyze how the debate about sexual orientation has been appropriated by the students of the Course of Social Service of the Faculty of Duque de Caxias, based on the academic production of the Works of Conclusion of Course. The aim of this study is to study the relevance of diversity, with emphasis on sexual orientation in the process of training in Social Work, starting from the validity of the training project contained in the current ABEPSS Curricular Guidelines, given the present gaps in the training process, in the that deals with the transversality of the curricular components.

Keywords: Sexual Diversity, Sexual Orientation, Knowledge Production, Social Work.

I - Introdução

Problematizar o conceito de orientação sexual constitui-se numa árdua e porque não dizer polêmica tarefa, seja no âmbito da educação, seja no âmbito do Serviço Social, tendo em vista a complexidade das mediações que determinam tal conceito, tudo isso, na direção de compreender o terreno em que a temática se circunscreve, ainda mais em tempos de irracionalismo e agudização da intolerância e do preconceito.

¹ Mestre em Serviço Social e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias. E-mail: jaqmelo@yahoo.com.br.

Ao apontarmos os elementos para o necessário debate, a fim de contribuir na direção em que possamos assumir posições que assegurem e legitimem o processo de busca pela equidade social, livre de preconceções e estigmas. Esse entendimento torna-se uma ferramenta poderosa contra as formas de preconceito que prejudicam a universalização de bens sociais, incentivando a compreensão e o respeito à diversidade e às diferenças.

Nesse sentido, esta discussão propõe-se promover a compreensão do pluralismo que estrutura a sociedade e fomenta o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, na direção da salvaguarda dos direitos mais essenciais ao ser social, na direção do combate no campo das ideias e na sua mediação com a realidade concreta.

Diante das especificidades da temática aqui apresentada, evidenciaremos como necessidade imperativa do Serviço Social sua atuação comprometida, em consonância ao Projeto Ético-Político, a partir da compreensão de tais especificidades de um determinado segmento social, que experimenta cotidianamente as desigualdades sociais, espaço em que se reproduzem as desigualdades sexuais, sociais, políticas e culturais, sob a égide da sociabilidade capitalista. Portanto, são elementos que envolvem a sociedade e que muitas vezes promove a segregação e a marginalização de diversos espaços sociais, multiplicando as esferas de miséria e exclusão em todas as esferas da vida social.

Sendo assim, exige-se que o profissional de Serviço Social sempre se respalde nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, para promover a defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social, e de todo o processo de consolidação da cidadania e da democracia, como expressão de compromisso de classe assumido coletivamente. Associa-se aos elementos básicos de defesa da vida humana, o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação, fomentando o respeito à diversidade humana, além de uma orientação vinculada a uma nova ordem societária sem opressão e exploração de classe, gênero e/ou etnia.

Portanto, direciona-se que esses elementos emergem da dramática teia social determinada pelas relações sociais de produção, em que pesa a exclusão dos bens e serviços sociais de todos aqueles que produzem as riquezas, por meio do trabalho. Ou seja, ao participar do processo de reprodução da força dinâmica do capitalismo (produção de riquezas), os trabalhadores se inscrevem no polo de antagonismo de classe, evidenciada por graves diferenças entre os possuídos e possuidores

(trabalhadores e detentores dos meios de produção, respectivamente), emergindo, por meio da luta social, a questão social.

Assim sendo, este artigo tem o intuito oferecer elementos para compreensão a respeito da orientação sexual, e ao perscrutar as mediações contidas em nossas reflexões, merece destaque a compreensão das determinações concretas da sociedade contemporânea nos campos da objetividade humana.

Os apontamentos seguintes têm como objetivo apresentar como o debate sobre a orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes, a partir da produção acadêmica do curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias, mediante análise dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Serviço Social (TCC), que possuem a orientação sexual como tema a e que foram defendidos desde o surgimento da instituição na Baixada Fluminense, datado de agosto de 1997.

A opção em problematizar essa temática deve-se primordialmente por acreditarmos que a mesma se constitui em elemento fundamental na formação profissional e concomitantemente, mostra-se como um desafio a ser desvelado pelo Serviço Social. Destacamos o espaço acadêmico como lócus privilegiado do debate sobre os princípios da profissão e a postura ética, tendo como base o Código de Ética de 1993 e ao nos debruçarmos sobre o debate sobre orientação sexual diante da ótica discente, propomo-nos contribuir para a formação acadêmica, visto que buscamos uma reflexão mais crítica. Questionando-nos primeiramente se o debate tem estado presente no processo formativo do assistente social, e quando sim, sob qual perspectiva?

II - Orientação Sexual: uma categoria interpretativa

Ressaltamos inicialmente, que o ensaio aqui apresentado utilizará o termo *orientação* sexual ao nos debruçarmos sobre a discussão sobre diversidade sexual, pois considera-se o termo opção sexual ultrapassado e pejorativo, visto que “opção” se associa a imagem equivocada de possibilidade de “escolha”.

Acrescentamos ainda que apoiamos nossas análises na Resolução CFESS N° 594/2011, a qual altera o Código de Ética do Assistente Social, substituindo a designação ‘opção sexual’ por ‘orientação sexual’ e também no princípio XI, que substitui gênero por “identidade de gênero”.

De acordo com FRANCO (2009:24), a sexualidade relaciona-se as “dimensões biológicas, psíquicas, sociais, afetivas, motoras que definiram ou definem culturalmente homens e mulheres como seres humanos distintos, diferenciados principalmente pela

demarcação de gênero”, relacionando-se diretamente com as relações sociais diferenciando os sujeitos de acordo com as suas particularidades.

A orientação sexual expressa, em grande medida, as determinações inconscientes dos indivíduos. No entanto, pouco se percebe a conotação social que existe na sua construção, a qual envolve direcionamentos conscientes e que são definidos em termos estruturais e identificações sociais e políticas.

Sendo assim, partimos do entendimento de que orientação sexual consiste no resultado da construção de uma identidade com a qual se lidará, subjetivamente objetivamente e socialmente. Nessa perspectiva, ela é construída nos conflitos objetivo-subjetivos e sociais, produzidos nas relações cotidianas; tendo como base padrões culturais, relações de poder, ideias sociais, configurando-se, assim, como um fenômeno individual e perpassa a formação de identidades.

Assim, a orientação sexual é constituída na relação do indivíduo com os padrões culturais de gênero, na sua relação com o seu próprio mundo e com os trajetos percorridos por cada um nas relações sociais (LAQUEUR, 2001).

De tal modo, refere-se à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico, “podemos afirmar que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades)” (JESUS et al., 2006:46).

Analisar e compreender as relações sexuais e afetivas, como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais e transgênicos, supõe identificar aspectos da sociabilidade dos sistemas dominantes, principalmente, do modelo capitalista vigente. Modelos sociais que fomentam o sentimento de posse, de mercadoria, de individualismo e autoritarismo. Ao constatarmos um padrão heterossexual dominante, a opressão se manifestará a partir desse padrão, evidenciando formas de opressão das relações homossexuais, em relação às heterossexuais (TONET, 1999).

É na esfera pública, e também na vida privada, que as ideias dominantes liberais e capitalistas exercem de forma eficaz o seu poder e onde a distinção entre o público e o privado é um dos elementos ideológicos mais importantes utilizados por aqueles que dominam para impedir o surgimento da solidariedade entre os oprimidos e, nesta medida, impedem o desenvolvimento de uma consciência política (OLIVARES, 1989).

Nessa perspectiva, restringir a sexualidade ao âmbito privado significa limitar o debate de elementos que são estruturantes para a vida social a questões de

responsabilidade pessoal, contribuindo, assim, para formas incalculáveis de violência, dominação e opressão.

Por essa razão, concebemos a orientação sexual como produto resultante da construção da identidade do sujeito, constituídas por influências subjetivas e objetivas. Cabe-nos ressaltar que a orientação sexual se configura como um dos elementos que compõe a sexualidade, associada a outras dimensões que a compõe, a saber “o sexo biológico, homem e mulher; a identidade de gênero, masculino e feminino; e, por fim, o papel sexual-social, definido pelo papel do homem e da mulher na sociedade”. (FRANCO, 2009:30), há de se respeitar sua identidade política, enquanto sujeito político e detentor de direitos.

Parafraseando com LAQUEUR (2001), a orientação sexual se estabelece na relação do sujeito com os padrões culturais de gênero, na sua relação com o seu próprio mundo e com os trajetos percorridos por cada um nas suas relações sociais.

Logo, a discussão em torno da orientação sexual, torna-se reducionista ao restringi-la a homossexualidade e/ou heterossexualidade, pois não se limita a atração com o mesmo sexo, ou sexo oposto, e sim uma expressão natural inerente a sexualidade humana, a qual engendra a questão da afetividade.

Por essa razão, estabelece-se que a formação acadêmica seja capaz de incentivar o desenvolvimento de habilidades profissionais e a atuação profissional condizente com os princípios fundamentais, possibilitando assim, o rompimento com o conservadorismo ainda tão presente na sociedade e endógena a profissão.

III - Desafios à materialização do debate

A complexidade da temática nos instiga investigar quais os desafios postos a profissão e como o mesmo se materializa, o que por sua vez fez com que nos debruçássemos sobre como o debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social Faculdade de Duque de Caxias, ressaltamos que a mesma iniciou sua primeira turma do Curso de Serviço Social em 22 de agosto de 1997¹, chamada neste período de Faculdade Santa Luzia², sendo considerada a primeira instituição a oferecer o curso de Serviço Social na Baixada

¹O funcionamento da Faculdade foi autorizado pelo Parecer nº 60/97 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Portaria Ministerial nº 262 de 27/02/1997.

² Em 2007, a Faculdade Santa Luzia passou a compor ao Sistema Flama de Ensino e a partir da Portaria nº 843, de 14/11/2008, passou a denominar-se Faculdade Flama. Em 2012, a Faculdade Flama passou a integrar ao grupo UNIESP, e de acordo com a Portaria 477 de 19/09/2013, a instituição passou a ser chamada de Faculdade de Duque de Caxias.

Fluminense, completando esse ano 20 (vinte) anos de existência e formado até o segundo semestre de 2016, cerca de 515 (quinhentos e quinze profissionais).

Desde a primeira estrutura curricular, respeitou-se a exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tendo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como obrigatória e como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. O Curso formou sua primeira turma em 2001, permanecendo com currículo anual até o ano de 2007 e desde então passou a oferecer o curso em regime semestral.

O universo desta pesquisa compreendeu todas as monografias elaboradas e defendidas no período de 2001 a 2016, perfazendo 15 anos, e totalizando 423 trabalhos¹. Verificamos que apenas quatro trabalhos discutiram a temática de orientação sexual, o que representa um percentual inferior a 1%. O número reduzido de trabalhos que abordaram a temática durante toda a existência do curso, suscita inúmeros questionamentos que possam justificar a ausência e/ou o desinteresse pelo debate.

Essa observação nos provoca as seguintes indagações: *como esse debate vem sendo travado no universo acadêmico? Como é abordado? Sob qual perspectiva?* Tais questionamentos nos remetem ao espaço que ocupam no processo de formação, seja nas disciplinas de formação básica, seja naquelas voltadas ao trabalho profissional. Ousamos ainda perguntar se a temática possui inserção em algum componente curricular ou se vem sendo “varrida para debaixo do tapete” ou sucumbida como tantas outras que tem sua abordagem justificada pelo viés da transversalidade. Ao contrário do que fora preconizado nas Diretrizes Curriculares no trato da questão social e suas particularidades, numa perspectiva crítica e dialética.

Por outro lado, há de se considerar como fator convergente nas justificativas dos trabalhos analisados o registro de interesse pelo tema, vincula-se a inclusão da disciplina denominada Gênero e Questão Social, a partir da reforma curricular realizada e implementada no segundo semestre de 2011, visto que todos associaram esse “despertar” no momento em que a temática veio à tona, pois segundo relatos, pois até então não recebia a devida atenção ou não havia sido abordada.

A referida revisão curricular buscou contemplar a orientação dos projetos de pesquisa mediante a inclusão das linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social, sendo

¹ As turmas com vigência anual havia a possibilidade de elaboração de monografias em dupla.

possível assim, vincular essa produção a linha de pesquisa sobre *Gênero, Sexualidade e Raça*¹, a qual:

Realiza estudos sobre a análise epistemológica, empírica, teórica e metodológica sobre a concepção social de gênero, sexualidade e raça, visando uma análise sobre gênero, sexualidade e raça como categorias importantes nas análises sobre movimentos sociais e políticas sociais; violência urbana; preconceito; processos identitários, assim como estudos sobre a promoção dos Direitos Humanos na sociedade capitalista contemporânea. (FDC, 2011: 21)

Ao verificarmos o recorte utilizado pelos autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, observamos o destaque pelos estudos relacionados a questão de direitos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1: Ano de defesa e enfoque

Ano de Defesa	Quantidade	Recorte
2012	01	Direitos
2013	01	Direitos
2015	01	Direitos
	01	Rede de Atendimento

A) Sob a ótica dos Direitos

Ao analisarmos os trabalhos discutidos sob a ótica dos direitos, consideramos os principais direitos apontados pelo público LGBT como foco de sua luta: o reconhecimento da união estável; a inserção do parceiro como dependente para empréstimos, seguros de saúde; inclusão dos programas do Estado vinculados à família, reconhecimento da guarda dos filhos do parceiro, licença-maternidade para o nascimento para o filho da parceira; direito à herança; visita íntima na prisão, dentre outros. (CFESS, 2006).

Constatamos que NOVAES (2012), FARIAS (2013) e SILVA (2015) realizaram essa discussão, a partir de enfoques distintos, o reconhecimento da união homoafetiva; a relação da homossexualidade e direitos humanos; e a participação de homossexuais no processo de adoção, respectivamente.

NOVAES (2012) teve como objeto de pesquisa a legalização da união homoafetiva, enquanto uma das conquistas do movimento LGBT. Para desenvolvimento do trabalho o mesmo realizou o resgate da trajetória de luta contra a discriminação aos Gays, Lésbicas, bissexuais, transexuais e transgênicos, desde de sua

¹ As áreas de concentração e linhas de pesquisa são definidas no Projeto Pedagógico do Curso, a citar: 1- Formação profissional, processo de trabalho e Serviço Social, 2- Políticas de seguridade social, Políticas setoriais, questão social e Movimentos Sociais e 3- Gênero, Sexualidade e Raça.

gênese até sua chegada ao Brasil nos anos de 1970. Reforça ainda a relevância do movimento enquanto instrumento de luta e seus “pressupostos emancipatórios, que apontam para uma nova correlação de força sociopolítica dos sujeitos envolvidos”. (GOHN, 2005, p. 32).

Enfatiza que embora sua luta não esteja diretamente vinculada a luta de classes, o movimento tem como principal característica a luta pelo reconhecimento das diferenças, a defesa pela liberdade e dos direitos, os quais os homossexuais são privados, e o respeito pela “pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER: 1988, p. 55). Discorre sobre a luta no processo de politização do movimento, ao mesmo tempo que tece críticas pela predominância de homossexuais masculinos e a invisibilidade dos homossexuais femininos.

O estudo realizado por FARIAS (2013) centrou suas análises apoiadas numa revisão de literatura, relacionando direitos humanos e cidadania homossexual, a partir da compreensão dos marcos no processo de construção da cidadania. E para isso, percorre a história dos direitos humanos no mundo, apoiado inicialmente no tripé da Revolução Francesa de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em dezembro de 1948 e posteriormente na “Declaração de Durban”, que possui como princípios a igualdade entre os sujeitos e a não discriminação visando à materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Aponta a estrutura heteronormativa estabelecida na sociedade brasileira tem alijado os homossexuais de qualquer tipo de direito, inclusive os direitos humanos, uma vez que estes são impedidos através da violência, de expressar sua própria identidade sexual, não só nos lugares públicos, mas também nos espaços privados, onde essa violência é praticada por aqueles que esperavam receber proteção e afeto.

De forma breve sinaliza as privações que estes sujeitos possuem, conceitua homofobia e finaliza traçando um paralelo desses direitos no Brasil e os desafios presentes no exercício profissional postos ao Serviço Social.

Já a proposta inicial de SILVA (2015) consistia em realizar uma reflexão sobre preconceito vivido pela população LGBT ao participarem do processo de adoção, o que incluía uma pesquisa de campo, realizando entrevistas aos usuários do grupo Grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro que passaram por essa experiência. Entretanto,

devido as dificuldades encontradas para realização da pesquisa de campo, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica.

Anterior a discussão de adoção, traz à tona o debate sobre os novos arranjos familiares e a relevância desse grupo no processo de formação dos sujeitos. Subsidia a discussão dos novos arranjos familiares trazendo-a numa perspectiva de totalidade abordada pelo Serviço Social juntamente com as legislações que concebem a família como “núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”. NOB/SUAS (2005, p. 90)¹

Ao tratar do tema adoção, registrou-se uma discussão sobre a adoção, enquanto processo de construção de uma “nova família”, destacando seu papel na formação dos sujeitos, enquanto primeiro grupo de formação. Polemiza ao constatar que se esbarra primordialmente na questão moral e não legal, pois embora não haja nenhuma restrição legal para participação do processo de adoção, tendo em vista a inexistência de menção a orientação sexual do adotando, ainda é considerada polêmica perpassando o viés do preconceito.

B) Rede de atendimento

Dentre os trabalhos analisados, apenas um discorre sobre o viés da rede de atendimento e o estudo realizado por BREIJÃO (2015) traz primeiramente a reflexão os inúmeros casos de intolerância, discriminação, preconceito e violência contra a população LGBT, e por meio de um estudo bibliográfico, traça a trajetória desse histórico de violência, apontando a perseguição sofrida por décadas como forma de chamar atenção sobre a necessidade desta rede.

Além dos diversos casos de violência, chama atenção para chamada violência silenciosa, exercida por quem tem o poder do mando (a família) e que é invisível aos olhos da sociedade, ela denomina-se violência intrafamiliar e/ou doméstica, onde a vítima sofre calada. A chamada violência velada é muitas vezes praticada por membros das próprias famílias, dentro do espaço privado de pertencimento (lar) que não desperta a atenção porque geralmente não é revelada, mas que infelizmente possui efeitos devastadores.

De acordo com DAY (2003) entende-se por violência intrafamiliar:

¹ BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (2005).

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (DAY et al. apud BREIJÃO, 2015, p. 31).

Privilegia o universo da pesquisa, composto por dez jovens, justamente por se tratar de indivíduos que estão em formação e que, portanto, estão propensos a vivenciar inúmeras experiências, inclusive as que envolvem a descoberta da sexualidade. Considera as inúmeras dificuldades enfrentadas quando suas famílias descobrem sua homossexualidade, associadas a falta de informação ou preconceito, impedindo de receber o acolhimento necessário.

A pesquisa aponta os números casos em que o conhecimento da família vem seguido por agressões, marcando um quadro de violência física, verbal, psicológica e até patrimonial, quando os pais destroem os meios de comunicação desses jovens, culpabilizando às redes sociais, ou quando afastam os jovens do seu grupo de amigos, por entender que esses podem ter influenciado seus filhos a tendências homossexuais (BREIJÃO, 2015).

As falas dos sujeitos associam a homossexualidade a algum tipo de punição parte das famílias, como por exemplo: o corte de mesadas, o afastamento do seu convívio social com amigos, além da busca pela “cura”, seja com a inserção numa igreja a fim “reverter o pecado” ou os submetem a tratamento médicos intuito de eliminar essa sexualidade transgressora. Chama-nos atenção a justificativa da violência exercida por essas famílias, os quais tornam-se algozes de seus entes para impedi-los de “experimentar” qualquer tipo de violência nas ruas por conta de sua orientação sexual.

Como forma de enfrentamento a violência sofrida por esse segmento, BREIJÃO (2015) apresenta a rede de atendimento, serviços desenvolvidos da Baixada Fluminense, incluindo ações do Programa Rio sem Homofobia na região, o Centro de Cidadania LGBT – Baixada I e detalha o trabalho realizado Grupo Pluralidade e Diversidade, localizado em Duque de Caxias, o qual possui um trabalho de acolhimento da população LGBT, visando o acesso aos direitos violados desses sujeitos.

Encerra seu estudo, trazendo um alerta da necessidade de um trabalho amplo, pela via da educação como instrumento de enfrentamento da violência, objetivando desconstruir pré-conceitos, desenvolvendo ações afirmativas que valorizem a importância do respeito à diversidade e a liberdade.

IV - Formação Acadêmica e Orientação Sexual: Conjunto disjuntos?

A formação acadêmica versa sobre a preparação do desenvolvimento de habilidades e competências capazes de proporcionar ao discente contribuir com o processo de ruptura com o conservadorismo presente na sociedade e para isso (GENTILLI, 1999) sugere que a formação invista em práticas pedagógicas que possibilitem a construção da democracia em nossa sociedade, estando assim capacitado para intervir junto aos limites presentes no exercício profissional.

Não podemos desvincular a formação ao projeto societário almejado pela categoria, que se mantém a luta por uma outra sociedade, sem quaisquer relações de dominação e/ou exploração, mantendo seu posicionamento a favor da classe trabalhadora. Logo, a compreensão da dinâmica da sociedade torna-se um desafio cotidiano enfrentado por esse profissional afim de apreender as transformações ocorridas na sociedade, as quais intensificam as desigualdades sociais, bem como a exclusão social dos sujeitos. Buscando contribuir no fortalecimento na luta dos usuários por seus direitos.

Destarte, um dos primeiros condicionantes da formação acadêmica em Serviço Social requer a retomada do debate iniciado pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, no que tange a composição dos núcleos fundamentais, enquanto eixos articuladores, os quais “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS,1996, p. 63) e como conectá-los ao debate sobre orientação sexual.

O núcleo referente aos Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social “implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação”. (MEC/CNE, 2002:2), diante disso, o profissional apreende o concreto vivido, reconhecendo o sujeito como ser social, respeitando suas particularidades, ao mesmo tempo que corrobora na luta das classes socialmente discriminadas.

Enquanto o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira compreender a dialética do modo de produção capitalista e suas relações entre Estado, sociedade civil e classe trabalhadora, bem como as manifestações diversas e a luta pela efetivação de direitos.

Por fim, o núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional supõe uma “capacitação crítico-analítico que possibilite a construção de seus objetivos de ação, em suas particularidades sócio institucionais para a elaboração criativa das estratégias de intervenção comprometida com as proposições ético-políticas do projeto profissional” (ABEPSS, 1996, p. 13). Desse modo, o discente prepara-se para intervir subsidiado pelos conhecimentos da tríade profissional: os fundamentos teóricos-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, intervindo de forma comprometida contribuindo para o protagonismo dos sujeitos coletivos.

Mediante a apresentação, mesmo que sucinta dos núcleos de formação, é possível trazer a transversalidade das temáticas, seja nas disciplinas básicas, seja por meio de oficinas, debates, fóruns de discussão, atividades complementares, campos de estágios, dentre outras estratégias capazes de operacionalizar a atuação do assistente social.

Podemos citar como exemplo a imposição da padronização do conceito de família, que estabelece valores morais e sociais, desconsiderando os novos arranjos familiares formados e ao contrário, os exclui a partir de uma lógica conservadora, prevalecendo o modelo de família nuclear. Por essa razão, a formação precisa aprofundar o debate sobre as particularidades dos sujeitos para que esse profissional seja capaz de lidar com a dinâmica e complexa sociedade apoiado sempre numa conduta ética.

Apesar dos avanços pertinentes a incorporação dos temas transversais, seja na criação do GTP (Grupos Temáticos de Pesquisa) intitulado “Serviço Social e Relações de Opressão/Exploração de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”, e posteriormente, em dezembro de 2014, sugere-se a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

Se por um lado essa sugestão traz consigo o peso da obrigatoriedade presente nas Leis 10. 639/03 e 11645/2008, no que se refere as relações étnico raciais nos currículos, em contrapartida a discussão sobre orientação não possui nenhuma exigência legal, mantendo-a num patamar de menor relevância nas estruturas curriculares.

Diante do exposto, independente da exigência legal, a diversidade sexual pode ter subsidiada pelo compromisso dos profissionais preconizados nos princípios

fundamentais. Ao considerarmos o reconhecimento da liberdade como valor ético central o assistente social precisa compreender que a orientação sexual do usuário não é produto de uma escolha e sim resultantes de inúmeros determinantes. Da mesma forma que a defesa intransigente exige desse profissional um posicionamento pautado nos direitos humanos, noutras palavras não se limita uma intervenção mecânica, tecnicista, ou contrário pressupõe o rompimento com a lógica dominante.

Bem como, lutar pela ampliação e consolidação da cidadania, significa a busca pelo aprofundamento dos direitos civis, sociais e políticos, com vias ao empoderamento do sujeito coletivo e sua inserção nos espaços de controle social.

Outrossim, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, vincula-se a materialização do projeto ético político profissional, bem como o compromisso grupos socialmente discriminados, além de incentivar a articulação aos movimentos sociais que partilhem da luta por uma nova ordem societária, sem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, geração e condição física.

Ao sinalizarmos a necessidade do constante aprimoramento intelectual, nos confrontamos com o desafio da qualificação permanente na direção das lutas defendidas pela categoria, haja vista a necessidade de fundamentação para manter um posicionamento político capaz de atuar frente às relações de poder, a exemplo da campanha “O Amor Fala Todas As Línguas - Assistente Social Na Luta Contra O Preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual”, a qual teve como diretriz “contribuir com a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica da categoria profissional se posicionar e apoiar reivindicações e lutas pelo direito que tem os indivíduos de decidir sobre sua afetividade e sexualidade”.

A campanha foi amplamente divulgada envolvendo as entidades representativas da categoria, tendo como materialização desta luta a aprovação da aprovada a Resolução 489 de 2006¹. O que nos remete ao seguinte questionamento: até que ponto a formação discute tal resolução e qual o impacto desse desconhecimento?

¹ “se constitui num importante instrumento de luta para democratizar os espaços institucionais no que se refere à liberdade de orientação e expressão sexual e para estimular o exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado por orientação sexual”. (CFESS/CRESS, 2006: 46).

V - Considerações Finais: um caminho a ser percorrido

O caminho traçado durante o processo de construção deste artigo percorreu por “curvas sinuosas”, pois se por um lado, consideramos a abrangência da temática, por outro, esbarramos com um número reduzido de produções dos discentes de Serviço Social, além de nos depararmos com justificativa de irrelevância do debate. Entretanto, a suposta explicação trazia consigo o desconhecimento da temática e/ou uma visão limitada e porque não dizer equivocada.

A partir dos estudos realizados pautado na produção de conhecimento buscamos respostas à nossa indagação inicial para sabermos como debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social Faculdade de Duque de Caxias, evidenciou uma perspectiva conservadora no processo de formação, lacunas significativas e equívocos conceituais, evidenciando assim a ausência da transversalidade dos componentes curriculares.

É notória a inexistência da relação da temática ao exercício profissional, pois ainda que o Serviço Social tenha uma formação de caráter generalista, pressupõe que este desenvolva habilidades para intervir junto as múltiplas expressões da questão social e para tal a mesma precisa ser discutida de forma crítica, impedindo a reprodução da lógica conservadora estabelecida pela ideologia dominante.

Outra questão a ser destacada, consiste na supressão dos aspectos jurídico-políticos do Serviço Social, articulado com a vivência prática-objetiva. em particular por tratar-se de um dos componentes que possibilitam a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, seja no aspecto estritamente profissional, construído e legitimado pela categoria prioritariamente pelo Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, seja nas demais legislações que “compõe o cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos”. (REIS, 2006: 419), a exemplo da discussão sobre a diversidade sexual e a luta contra o preconceito materializado na Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual.

A campanha intitulada “O Amor Fala Todas As Línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual”, originária durante o XXXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2006

realizando uma parceria com Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual - DIVAS¹. Esta campanha teve sua gênese diante do debate da heteronormatividade e de seus impactos nas relações sociais resultando na “materialização de diferentes modalidades de preconceito e, conseqüentemente, na imposição e naturalização da invisibilidade das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. (CFESS, 2006, p. 5); como desdobramento a Resolução 489/06, a qual veta quaisquer condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional; e a utilização do nome social à Assistente Social travesti e ao/à transexual na cédula de identidade profissional desde 2011².

Faz-se necessário priorizar a discussão de temas transversais, ainda que esse continue sendo um dos entraves contidos no processo formativo, embora esteja preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS desde 1996.

Diante deste exposto, podemos considerar as lacunas existentes na formação acadêmica proporcionando aos discentes do curso de Serviço Social, um olhar enviesado ao que tange a transversalidade dos componentes curriculares.

Considerando esta perspectiva, nos questionamos como a temática de diversidade sexual vem sendo abordada nos cursos de Serviço Social? Qual será o compromisso do discente do curso com o seu processo de ensino-aprendizagem? E o compromisso dos docentes? Uma vez que a formação acadêmica para ser consistente é necessário um compromisso entre os discentes, docentes, entidades representativas além do objetivo irrestrito com a qualidade do ensino.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1996.

BREIJÃO, Marta Cardoso. **Expressões da luta pelos direitos do homossexual**. Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2015.

CFESS. Projeto da Campanha **O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual**”. Brasília, 2006.

¹ DIVAS –, uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, que possui como missão: “Contribuir para proteção, promoção, informação, mobilização, organização, representação e defesa da emancipação política e afetivo-sexual das mulheres lésbicas e bissexuais”. (CFESS, 2006, p. 2).

² A discussão foi regulamentada inicialmente pela Resolução do CFESS nº. 615/2011 e posteriormente revogada RESOLUÇÃO CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016.

CFESS. **Resolução nº 594, de 21 de janeiro de 2011**. Brasília (DF), 2011.

FARIAS, Wanderléa Izidoro. **Direitos humanos e cidadania homossexual**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2013.

FDC. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2011.

FRANCO, N. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em educação)-Curso de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GENTILLI, R. Desafios ao Novo Currículo de Serviço Social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 8, n. 1, p. 9-30, 1º jan 1999. Semestral.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e Redes Solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

JESUS, Beto de et. al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com a dolescentes e jovens**. São Paulo: Ecos; Corsa, 2006.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NOVAES, Edwirges Rodrigues Jardim. **Reconhecimento da união homoafetiva: os Caminhos traçados até a conquista desse direito**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Faculdade Flama. Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVARES, Rosa. **Por uma abordagem revolucionária da questão sexual**. In: Cadernos Democracia Socialista. Volume VIII. São Paulo: APARTE, 1989.

TONET, Ivo. Educação e Concepções de Sociedade. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 9, n. 19, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Elizabeth Alves da. **Adoção nos novos arranjos familiares**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2015.